

-27 DEZ 1992 ESTADO DE SÃO PAULO

Desconsideração pelo ato de pensar

Educação

A Fuvest divulgou as notas de corte, o número de pontos mínimos obrigatórios para o candidato alcançar a segunda fase do vestibular da Universidade de São Paulo. Mantiveram-se as grandes tendências: o pretendente ao curso de Medicina ainda uma vez é o mais exigido (47 pontos em 71 possíveis), seguido dos futuros jornalistas, com 43. Em geral, mantiveram-se as mesmas exigências do passado, apesar da leve tendência de queda registrada em 36 das 68 carreiras possíveis da USP. Há uma exceção: o curso de Filosofia. No ano passado, a nota de corte era 18; neste ano, o candidato precisa dar apenas nove respostas corretas em 71 questões. A demanda por uma vaga na USP está estagnada nos últimos cinco anos, apesar do crescimento da população. Sinal óbvio de que os sonhos são outros e não passam mais

pela capacitação acadêmica. O que a nota de corte em Filosofia sinaliza, porém, é a pouca importância que se dá ao jovem que possui (presume-se) inquietações intelectuais e por isso procura um curso que, até prova em contrário, ensina a pensar. Para explicar esta queda de exigência todos lembrarão a lei da oferta e da procura.

Afinal, em uma sociedade definitivamente tecnicizada, mas com pequena base cultural, quem precisa de filósofos competentes?

A faléncia do ensino de filosofia no segundo grau pode servir como desculpa para a diminuição da nota de corte; o declínio das exigências inerentes ao ato de ler (afinal, o vestibulando não está obrigado a "consumir" seis títulos da literatura em língua portuguesa?) com certeza também será em parte responsável por

esta queda qualitativa da clientela que procura um curso de Filosofia. Os inimigos da mídia eletrônica culparão a "telinha" pelo esvaziamento da vontade de pensar e, portanto, da qualidade do conhecimento acumulado por quem pensa por prazer e profissão.

Cada uma dessas justificativas é relevante, mas sem dúvida a razão final da notória crise de qualidade dos candidatos ao curso de Filosofia está no que um filósofo chamou de "esmagadora objetividade" das sociedades atuais, que no Brasil ganhou tons mais fortes em boa medida pela persistência da crise social e da desarticulação da sociedade. Não acabou entre nós o senso das hierarquias intelectuais? Na terra da inflação de 1% ao dia, quem ainda está preocupado em ensinar alguém a amarrar logicamente a premissa de um raciocínio

com a sua conclusão? Ou a perceber o que de errado existe numa afirmação bombástica proferida com uma certa dose de "autoridade"? As sociedades desenvolvidas, altamente tecnicificadas e culturalmente coerentes, optaram por proteger aqueles que pensam. É tolice imaginar uma dicotomia irreparável entre a perspectiva filosófica da realidade e o desenvolvimento de uma sociedade tecnologicamente emancipada. São instâncias paralelas e complementares. Distância mesmo existe entre sociedades que estimulam o pensar e as que não fazem isso. Há pelo menos duas décadas começamos a agir como bárbaros culturais: quando se escuta falar em cultura, logo alguém puxa sua maquininha de calcular... Com toda certeza, o resultado dessa opção não contestada pelas elites não será dos melhores.